

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

<b>DISCIPLINA:</b> ESCOLA E SOCIEDADE
<b>RESUMO</b>
Esta disciplina aborda sobre a gestão descentralizada das políticas públicas no Brasil. Habilidades e competências: descrever e analisar como se deu o processo de redefinição da gestão pública brasileira pós-Constituição de 1988; compreender e documentar como ocorreu a descentralização das políticas públicas; identificar e construir conceituações sobre controle social; explicar e justificar a importância da participação democrática nas decisões e ações públicas; descobrir e registrar como os conselhos gestores podem colaborar na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTROLE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS DECISÕES E AÇÕES PÚBLICAS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>AULA 2</b> ESTRUTURA GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA MODALIDADES DE ENSINO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>AULA 3</b> ORIGENS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA A GESTÃO DEMOCRÁTICA O CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COLETIVO
<b>AULA 4</b> INSTITUIÇÕES SOCIAIS A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO ESCOLAR
<b>AULA 5</b> ESCOLA-FAMÍLIA: AGENTES COMPLEMENTARES ESTILOS PARENTAIS A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA VIDA ESCOLAR DAS CRIANÇAS COMPROMISSOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ATRAIR OS PAIS A PARTICIPAR DA VIDA ESCOLAR

**AULA 6**

SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE  
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE  
CRISE DE IDENTIDADE: DESCARACTERIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO  
DOCENTE  
OS PILARES DA EDUCAÇÃO  
DESAFIOS E INCERTEZAS DA PROFISSÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2011.
- GONH, Maria Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. Disponível em: [http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?view=article&catid=72%3Arevista-2009-numero-11-&id=318%3Aa-gestao-descentralizada-e-participativa-das-politicas-publicas-no-brasil-resumo&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?view=article&catid=72%3Arevista-2009-numero-11-&id=318%3Aa-gestao-descentralizada-e-participativa-das-politicas-publicas-no-brasil-resumo&format=pdf&option=com_content&Itemid=114). Acesso em 10 de fev. 2017.

**DISCIPLINA:**

RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS NA ESCOLA

**RESUMO**

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930  
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL  
POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL  
A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
A VIOLÊNCIA FÍSICA  
VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA  
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL  
VIOLÊNCIA SEXUAL

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA  
VIOLÊNCIA URBANA  
VIOLÊNCIA NO CAMPO  
VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

A POLÍTICA DE SAÚDE

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CONTROLE SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

**RESUMO**

Nesta disciplina veremos que os seres humanos sempre precisaram trabalhar para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. O trabalho assume diferentes formas no decorrer da história e influencia o campo educacional. O trabalho constitui o ser humano. É pelo trabalho que o homem (indivíduo) se humaniza, na produção das condições necessárias à sua sobrevivência. Ao longo do tempo, o trabalho se modificou, se transformou. Também se modificaram a educação e as práticas pedagógicas adotadas. A função da educação sempre foi a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O trabalho e a educação são práticas exclusivamente humanas. Pelo trabalho, o ser humano produz as condições necessárias à sua sobrevivência. Pela educação, os conhecimentos são transmitidos de geração a geração.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
EDUCAÇÃO FORMAL  
EDUCAÇÃO INFORMAL  
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL  
A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS  
TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS  
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL  
A CONCRETIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
TEORIAS MARXISTAS, PÓS-MARXISTAS (ESCOLA DE FRANKFURT) E A CRÍTICA A ELAS  
ESCOLA DE CHICAGO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS  
TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
A CONSTRUÇÃO DO PNEDH  
OBJETIVOS DO PNEDH  
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO FORMAL  
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE  
MOVIMENTO ESTUDANTIL  
MOVIMENTOS E CAMPANHAS PELA EDUCAÇÃO  
MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

<b>DISCIPLINA:</b> DIREITOS EDUCACIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
<b>RESUMO</b>
A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989 CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA FINALIZANDO
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÃO BRASILEIRAS A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
<b>AULA 5</b>

**INTRODUÇÃO**

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

**AULA 6**

**INTRODUÇÃO**

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA

A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- COELHO, B. F. Art. 4º da lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Análise crítica e soluções para a efetiva aplicabilidade dos preceitos normativos. Âmbito jurídico, Rio Grande, v. 13, n. 82, nov. 2010. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8770](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8770). Acesso em: 2 jan. 2019.

**DISCIPLINA:**

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**RESUMO**

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

**INTRODUÇÃO**

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES

SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO

REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

## **AULA 2**

### INTRODUÇÃO

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

## **AULA 3**

### INTRODUÇÃO

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96

LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

## **AULA 4**

### INTRODUÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

## **AULA 5**

### INTRODUÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO  
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

## **AULA 6**

### INTRODUÇÃO

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

## **BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.
- \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

- \_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

**DISCIPLINA:**

IDENTIDADES CULTURAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

**RESUMO**

A atualidade de temas tratados nos clássicos das Ciências Políticas é latente, em especial dos escritos de Maquiavel, que por vezes parecem ter sido produzidos sob inspiração e análise fiel do comportamento de muitos governantes que existem em nossos dias, no Brasil e no exterior. Para Maquiavel, a política é dotada de uma ética diferente da ética chamada por ele de “cristã” e, por isso, para esse autor, muitas vezes é necessário que o “príncipe” aja de forma mais rude para atingir um objetivo ou proteger o Estado, entendendo essas ações como eticamente justificáveis.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONTEXTUALIZANDO  
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA POLÍTICA  
CONCEITOS CENTRAIS EM TEORIA POLÍTICA  
NICOLAU MAQUIAVEL  
IMMANUEL KANT  
GEORGE HEGEL  
RESOLUÇÃO

**AULA 2**

CONTEXTUALIZANDO  
O ESTADO DE NATUREZA  
DO CONTRATO SOCIAL  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO HOBBS  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO LOCKE  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO ROUSSEAU  
NEOCONTRATUALISMO

**AULA 3**

CONTEXTUALIZANDO  
A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL  
LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE  
WELFARE STATE  
CRISE DO WELFARE STATE  
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL  
RESOLUÇÃO

**AULA 4**

CONTEXTUALIZANDO  
O QUE É CIDADANIA?  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INGLESA E DA

REVOLUÇÃO AMERICANA  
A REVOLUÇÃO FRANCESA E O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA  
IDEIA DOS DIREITOS HUMANOS  
PRINCIPAIS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS  
REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE

**AULA 5**

CONTEXTUALIZANDO  
CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E AS SESMARIAS  
FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL  
ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA  
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL  
DEMOCRACIA NO BRASIL  
POLÍTICA SOCIAL

**AULA 6**

CONTEXTUALIZANDO  
BRASIL COLONIAL E BRASIL IMPERIAL 1500 A 1888  
PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA 1889 A 1930  
ESTADO NOVO 1930 A 1964  
DITADURA MILITAR 1964 A 1986  
REDEMOCRATIZAÇÃO 1986 A 2002  
ESTADO BRASILEIRO NA ATUALIDADE 2003 – ATUAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- GEORGE, Ricardo. Estado e sociedade civil em Hegel. 2016. Disponível em <http://pt.slideshare.net/ricardogeo11/estado-e-sociedade-civil-em-hegel>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- LAURENTIIS, Lucas C.; SILVA, Roberto B. D. Nicolau Maquiavel: realismo e humanismo na teoria política. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 102, p. 291-303, jan/jul 2011.
- LOPES, Reinaldo J. Os Médicos: a grande família. Revista Aventuras na História. 2009. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/medici-grande-familia-485434.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2016.

**DISCIPLINA:**

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS

**RESUMO**

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ao traçar a política nacional de estágio, objetiva por meio dos campos de estágio supervisionado em Serviço Social promover espaço de mediação entre teoria e prática, ação fundamental na formação integral do profissional Assistente Social. A Política Nacional de Estágio em Serviço Social busca associar ensino e pesquisa, fortalecendo a formação profissional do assistente social quanto a sua atuação na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, utilizando processos de avaliação da formação profissional dos níveis de graduação e pós-graduação.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL

A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL  
PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO  
MODALIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
ATRIBUIÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO  
DESAFIOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL  
HISTÓRICO DA SUPERVISÃO EM ESTÁGIO  
A LEITURA DA REALIDADE NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO  
CONHECIMENTO DA INSTITUIÇÃO E POPULAÇÃO USUÁRIA  
PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
INTERVENÇÃO ACADÊMICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL  
A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE  
A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL  
A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL  
A EXTENSÃO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL  
A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE  
A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL  
A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL  
A EXTENSÃO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL  
EXIGÊNCIAS DE FORMAÇÃO NA ATUALIDADE  
SUPERVISÃO TÉCNICA E ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL  
A ASSESSORIA/CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL  
PRESSUPOSTOS E DESAFIOS NA PRÁTICA DA ASSESSORIA/CONSULTORIA EM  
SERVIÇO SOCIAL  
O ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO COMO TRABALHADOR  
ASSALARIADO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL  
A MULTIDISCIPLINARIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE  
A INTERDISCIPLINARIDADE NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL  
AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A  
INTERDISCIPLINARIDADE

O SERVIÇO SOCIAL E A INTERDISCIPLINARIDADE  
DESAFIOS NA INTERDISCIPLINARIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Maio 2010. Disponível em: [www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf). Acesso em: 21 nov. 2016.
- LEWGOY. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a supervisão e o exercício profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, Sâmya R. Considerações sobre fundamentos éticos do Serviço Social brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade In: Revista Temporalis n°11. Ano VI. São Luis: ABEPSS, Janeiro a Junho de 2006.

**DISCIPLINA:**

ASSESSORIA, CONSULTORIA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

**RESUMO**

Esta disciplina procura apresentar o conceito de assessoria e consultoria e compreender a aplicação destes conceitos. Serão consideradas as especificidades que cabem a esses dois principais conceitos e abordadas, principalmente, suas convergências. As explicações compreenderão aspectos teóricos e exemplos práticos, de modo a orientar de forma mais precisa a apreensão do conteúdo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O QUE É ASSESSORIA?

PERFIL DO ASSESSOR

DEMANDAS PARA ASSESSORIA

APRIMORAMENTO E CONHECIMENTO DA REALIDADE

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

**AULA 2**

O QUE SÃO PROJETOS?

O QUE SÃO PROGRAMAS?

O QUE SÃO POLÍTICAS?

SIMILARIDADES E DISTINÇÕES ENTRE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS

ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

**AULA 3**

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

AVALIANDO PROCESSOS, RESULTADOS E IMPACTOS

EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

**AULA 4**

O QUE SÃO INDICADORES?

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECE UM MARCO ZERO

EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO  
AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

**AULA 5**

ELABORAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO

GESTÃO

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ASPECTOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA RELACIONADOS A INICIATIVAS DE FOMENTO

**AULA 6**

ASSESSORIA E CONSULTORIA COMO CAMPOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIFERENCIAIS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL

INTENCIONALIDADE NA PRÁTICA DA ASSESSORIA POR ASSISTENTES SOCIAIS

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E APRIMORAMENTO INTELECTUAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATOS, M. C. de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 29-57.
- FONSECA, T. M. da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 58-82.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**RESUMO**

A temática que será tratada na disciplina de Políticas Educacionais é a organização e desenvolvimento da escola brasileira, considerando as formas de intervenção do Estado na educação escolar: as políticas, o planejamento e a legislação da educação. Nesse sentido, iremos discutir o papel do Estado na formulação das políticas e, conseqüentemente, as legislações, no campo educacional, pautados na seguinte estrutura:

- apresentação de uma breve concepção de Estado;
- o Estado nas concepções dos autores contratualistas e a acepção socialista de Estado;
- a agenda política e seu contexto de produção.
- o planejamento das políticas e a legislação da educação no contexto do direito à educação.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O ESTADO NA VISÃO DOS AUTORES CONTRATUALISTAS E NO CONTEXTO DO DIREITO

O ESTADO NA VISÃO SOCIALISTA

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA  
O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DO  
DIREITO À EDUCAÇÃO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990  
GESTÃO DA EDUCAÇÃO  
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
GESTÃO DA ESCOLA E GESTÃO DOS SISTEMAS  
O PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO  
A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO  
O PNE E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) – LEI N. 13.005  
A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95 E O LIMITE DE GASTOS PÚBLICOS COM A  
EDUCAÇÃO  
NOVAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO PÓS-2016  
DA NEGAÇÃO DA DIVERSIDADE À ASSUNÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO:  
ESCOLA SEM PARTIDO E DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
EDUCAÇÃO INFANTIL OBRIGATÓRIA A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE  
NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)  
REFORMA DO ENSINO MÉDIO  
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
REFORMA DAS CARREIRAS E PREVIDENCIÁRIA  
OS MOVIMENTOS SOCIAIS RESISTEM: MOVIMENTOS EM BUSCA DE  
MANUTENÇÃO DE DIREITOS  
A EDUCAÇÃO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO  
NOVOS DESAFIOS DO ENSINO E DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE  
PANDEMIA

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 33 ago. 2017.
- BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

<b>DISCIPLINA:</b> ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL
<b>RESUMO</b>
<p>Tanto a ética quanto a moral são construções históricas e que foram, ao longo de nossa história, compreendidas de forma diferente, perpassando sobre elas questões religiosas, econômicas, tipos de Estado e tantos outros fatores que influenciaram e influenciam ainda a noção de ética e moral, assim como do que é ético e do que é moral na sociedade. Compreender como essas noções foram se moldando ao longo do tempo é fundamental para termos uma posição crítica acerca da questão ética nos dias de hoje. Jamais podemos afirmar que o que está no senso comum é algo que não tem valor ou que não é verdadeiro, pois ele surge da cultura e das relações sociais e nele estão contidos valiosos saberes populares que não podem ser desconsiderados. Porém, para pensar a ética e a ética profissional é necessário ultrapassar o senso comum, tendo uma atitude filosófica. Marilena Chauí (2000) afirma que ter atitude filosófica é ter uma atitude crítica sobre o mundo, é construir um saber teórico, crítico, desmistificador e criativo, diferentemente do senso comum. É não se contentar com o que está aparente e procurar a essência das coisas. Essa atitude é fundamental para que o profissional tenha discernimento durante a sua atuação, para escolher o caminho da ética vigente dentro da profissão e tomar as decisões pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político dos assistentes sociais.</p>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<p><b>AULA 1</b> CONVERSA INICIAL NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE UM NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE DOIS QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE UM QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE DOIS FORMAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL E ÉTICA NAS PROFISSÕES FINALIZANDO</p> <p><b>AULA 2</b> CONVERSA INICIAL ONTOLOGIA DO SER SOCIAL LIBERDADE E PRÁXIS O ETHOS BURGUESES X O ETHOS REVOLUCIONÁRIO OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 FINALIZANDO</p> <p><b>AULA 3</b> CONVERSA INICIAL PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS O QUE É UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO? DEONTOLOGIA E TELEOLOGIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL</p>

VALORES NUCLEARES DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO LIBERAL  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

CONJUNTO CFESS/CRESS: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)

ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 1)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A)

ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 2)

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DISPOSIÇÕES  
GERAIS

FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL

DIREITOS GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

DEVERES E VEDAÇÕES GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 1)

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 2)

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 3)

FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: A QUESTÃO DO  
SIGILO PROFISSIONAL

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: PENALIDADES E  
DISPOSIÇÕES FINAIS

OUTRAS NORMATIVAS DO CONJUNTO CRESS/CFESS

A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL

FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- NETTO, J. P. Crise, socialismo e democracia. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.
- BARROCO, M. L. S. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

**RESUMO**

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS

TENSÕES FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS

AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH

OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

#### **AULA 4**

##### INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

#### **AULA 5**

##### INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

#### **AULA 6**

##### INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

#### **DISCIPLINA:**



SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**RESUMO**

O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL  
CONTEXTUALIZANDO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL  
O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA  
A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES  
CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL  
A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL  
QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS  
A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO  
A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL  
A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL  
O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL  
HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL  
SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA  
A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945  
A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL  
A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR  
TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL  
SOBRE A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL  
TEMA 04: A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL  
REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL  
FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL  
QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO  
FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO  
CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL  
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL  
FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL  
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA  
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA  
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO  
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE  
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.